

**Artigo 4.º**

O disposto no presente diploma não prejudica o regime constante do Decreto-Lei n.º 29/83, de 22 de Janeiro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Julho de 1989.

Promulgado em 2 de Agosto de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República,

Referendado em 4 de Agosto de 1989.

O Primeiro-Ministro

**DOENÇAS INCAPACITANTES**

**Despacho Conjunto A-179/89-XI  
de 18 de Setembro**

As faltas dadas por doença incapacitante que exija tratamento oneroso e prolongado, previstas no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, conferem aos funcionários e agentes o direito à prorrogação, por dezoito meses, do prazo máximo de ausência previsto no artigo 36.º do mesmo diploma.

A definição das referidas doenças deverá ser, nos termos da lei, efectuada por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, determina-se:

São consideradas doenças incapacitantes para efeitos do n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, as seguintes:

Sarcoidose.

Doença de Hansen.

Tumores malignos.

Hemopatias graves.

Doenças graves e invalidantes do sistema nervoso central e periférico e dos órgãos dos sentidos.

Cardiopatias reumáticas crónicas graves.

Hipertensão arterial maligna.

Cardiopatias isquémicas graves.

Coração pulmonar crónico.

Cardiomiopatias graves.

Acidentes vasculares cerebrais com acentuadas limitações.

Vasculopatias periféricas graves.

Doença pulmonar crónica obstrutiva grave.

Hepatopatias graves.

Nefropatias crónicas graves.

Doenças difusas do tecido conectivo.

Espondilite anquilosante.

Artroses graves invalidantes.

**Anotação:**

I – Ao artigo 48º do D.L. n.º 487/88, de 30.12, corresponde actualmente o artigo 48º do D.L. n.º 100/99, de 31.03.

Pelo Ministro das Finanças, o Secretário de Estado do Orçamento, a Ministra da Saúde, em 12 de Setembro de 1989.

**D.L. n.º 353-A/89**

**SISTEMA RETRIBUTIVO**

**Decreto-Lei n.º 353-A/89  
de 16 de Outubro**

**(\*) – A redacção dos artigos 17.º (n.º 3) e 18.º (n.º 4) resulta da alteração introduzida pelo artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, 18 de Dezembro, publicado nesta colectânea e a do artigo 41.º (n.º 2) a que lhe foi dada pelo artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio.**

**(\*\*) – Os n.ºs 1 a 5, 7 a 10, 13 e 14, do artigo 21.º e n.ºs 1 a 7 do artigo 42.º foram revogados pela alínea e) do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.**

O Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, definiu os princípios gerais em matéria de emprego público, remunerações e gestão de pessoal da função pública, circunscrevendo-se nuclearmente à reforma do sistema retributivo, no sentido de lhe devolver coerência e de o dotar de equidade, quer no plano interno, quer no âmbito do mercado de emprego em geral.

Nos termos do artigo 43.º daquele diploma legal, há que proceder ao desenvolvimento e regulamentação dos princípios gerais nele contidos, designadamente em matéria salarial, objectivo que se cumpre através do presente diploma.

Como princípios enformadores do presente diploma salarial destacam-se os seguintes:

Reconverter o sistema em vigor há mais de 50 anos, substituindo a tabela de letras por novas escalas indiciárias, sem se visar um aumento generalizado da função pública, mas antes proceder a uma reforma estrutural susceptível de comportar continuadas melhorias qualitativas e quantitativas;

Alcançar uma progressiva competitividade no recrutamento e manutenção dos recursos humanos ao serviço da organização, privilegiando-se, através do alargamento do leque salarial, os grupos de pessoal técnico superior e técnico e abrindo-se perspectivas de valorização de carreira para todos os funcionários;

Melhorar a produtividade dos recursos humanos e racionalizar a sua gestão, dando-se corpo a mecanismos que tenham em atenção o mérito, a experiência e o desempenho, procedendo-se ainda à necessária adequação das regras de promoção e progressão nas carreiras.

Finalmente, há que destacar o carácter gradualista da reforma que se empreende. Ao darem-se passos decisivos no novo sistema retributivo, não se negam, antes se reafirmam, os objectivos de prosseguir vias selectivas, no sentido de prosseguir ao enriquecimento funcional das carreiras e à qualificação e formação profissional dos funcionários, por forma a valorizar os recursos humanos e a melhorar a qualidade dos serviços públicos. Importa acrescentar que, nos termos da legislação em vigor sobre negociação colectiva (Decreto-Lei n.º 45-A/84, de 3 de Fevereiro), foi o presente diploma antecedido de negociações com as organizações sindicais.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte: